



**VERSÃO
RESUMIDA**

**PLANOS
POPULARES
DE AÇÃO**

**PORTO ALEGRE
REGIÃO DE GESTÃO DO
PLANEJAMENTO 5**



FICHA TÉCNICA RP5

Equipe técnica:

Arq. Clarice Misoczky Oliveira - IAB-RS
Arq. Camila Bellaver Alberti - IAB-RS
Acad. Arq. Laura Boeck Silva
Acad. Sso. Patricia Talita Rodrigues Sudre
Acad. Arq. Gabriela Rosa Nodari
Acad. Arq. Karolina Silva de Jesus

Equipe técnica de apoio:

Arq. Maria Tereza Fortini Albano - IAB-RS
Acad. Arq. Luiza Tonial da Silveira - Coletivo Ambiente Crítico
Acad. Arq. Douglas Silveira Martini - EMAV-UFRGS

Equipe material gráfico:

Designer Elina Tasca
Acad. Pedro Mietlicki
Acad. Antônio Silveira

Participantes:

Fórum Regional de Planejamento 5:

Conselheiro:

Paulo Jorge Amaral Cardoso

Suplente:

Ricardo Angelini

Delegados:

Waldir José Bohn Gass

Moradores e representantes:

Adão Flores - Conselheiro (Glória)
Aline de O. - Instituição De Ensino Infantil De Nosso Senhor
Bibiana V. Umann Borda - Projeto H.U.S. UFRGS
Bruno Knob - Quilombo do Sopapo
Bryann Vincenzo Leal - Instituição De Ensino Infantil De Nosso Senhor

Cailson F. Aquino - Delegado OP - Glória
Aluna do Centro da Juventude CUFA-RS
Aluno do Centro da Juventude CUFA-RS
Aluno do Centro da Juventude CUFA-RS
Cristian dos Santos
Fabiano Negreiros - Militante
Gerson Ferreira - AMAVTRON
Irmã Marguit López De Gusmão - Casa Santo Enrique
Irmã Valmi Ágata Vargas - Casa Santo Enrique
Jean Róbson B. - Centro da Juventude CELZA-RS
João Felisberto Vargas
Jorge Horácio Corrêa
José Danilo Ferreira
Juarez S. Oliveira
Júlio Celso Borello Vargas - Projeto H.U.S. Ufrgs
Jurema - Conselheira OP Cristal
Keila Cristina De Souza - União De Vilas
Larissa B. Borda - CJ CELZA-RS
Leandro Artur Anton - Quilombo Do Sopapo
Leonardo Duarte Da Silva
Lídio Santos
Lindomar De Oliveira
Lisiane P S Boeira
Loecir Silveira De Avila - SIM Cruzeiro
Luisa Andréia O. Souza - União de Vilas
Marcelo Centeno - Gestor CRIP
Orlei Maria Da Silveira - União de Vilas
Sabrina Salazar
Samanta Nunes Da Silva - CRIP
Sérgio Amaral
Sirley Vargas
Sulei - Instituição De Ensino Infantil De Nosso Senhor
Sydney S. A. Cassiano
Terezinha Silva
Therezinha Da S. Dorneles - SIM Cruzeiro
Vera Lúcia Ferreira - AMAVTRON
Volnei J. Bonnemberg - Delegado OP

Promoção:

IAB-RS (Instituto de Arquitetos do Brasil - Dep. Rio Grande do Sul)
CPLAB-UFRGS (Laboratório Cidade em Projeto - UFRGS)
Fórum de Planejamento RP5

Apoio:

Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS (PROEXT/UFRGS)
Coletivo Ambiente Crítico
Escritório Modelo Albano Volkmer - UFRGS (EMAV-UFRGS)

Patrocínio:

CAU/RS (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul)

www.planospopularespoa.org

Promoção:



FÓRUM DE PLANEJAMENTO RP5

Apoio:



Patrocínio:



APRESENTAÇÃO

O Plano Popular de Ação Regional (PPAR) é uma iniciativa conjunta que envolve diferentes setores da sociedade civil organizada e mobilizada. O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB - RS) elaborou o projeto de assistência técnica em planejamento urbano insurgente em parceria com o Cidade em Projeto - Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão (CPLAB – UFRGS). O Coletivo Ambiente Crítico (CAC) e o Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) apoiaram o projeto, além de dois Projetos de Extensão da UFRGS: o Planos Populares de Ação Regional e o 4º Distrito: diálogo entre atores sociais e conhecimento sobre o território. O Patrocínio foi do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Rio Grande do Sul (CAU-RS).

O projeto foi elaborado a partir da reivindicação de alguns Conselheiros, representantes das Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs) no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) de Porto Alegre. As parcerias populares com os Conselheiros, Delegados, moradores e movimentos sociais foram fundamentais para a realização dos Planos; afinal, trata-se da criação de um espaço de discussão e proposição sobre a

cidade que se deseja viver. Os PPARs foram utilizados como uma estratégia de mobilização e participação social.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre prevê no seu sistema de planejamento a elaboração de Planos de Ação Regional (PAR) com a participação popular; mas, até os dias de hoje, a municipalidade não os colocou em prática. Um PAR nada mais é do que um plano que trata a cidade a partir da escala intermediária e de maneira multissetorial (habitação, mobilidade urbana, saneamento, saúde etc). Um PAR não é normativo como um Plano Diretor, ainda que a partir da escala intermediária possa iluminar possíveis modificações nas normas expressas no plano regulador. A partir da realização de um PAR é possível, também, elaborar de forma mais precisa as prioridades de investimentos, por se tratar de um plano de ação.

Ainda que o presente Plano dialogue com este referencial, um Plano Popular como este tem características específicas. O Plano Popular de Ação Regional (PPAR) tem por trás a ideia de CONTRA PLANO, pois não é elaborado pelo Estado. Ainda assim, alguns princípios

são mantidos, como a multissetorialidade, a abordagem da escala intermediária e a busca de respostas ao QUEM, COMO, e QUANDO das propostas. O valor (QUANTO) das propostas não chegou a ser abordado nesta etapa do projeto.

Trata-se, portanto, de um Plano que se distancia do olhar exclusivamente técnico, mas busca evidenciar as carências, os desejos, as dificuldades da vida cotidiana e, sobretudo, das lutas urbanas. É um Plano para além de uma proposta otimista que foca em uma visão de cidade ideal. Representa uma estratégia de luta e de diferentes formas de organização. O PPAR é apenas uma etapa do processo; e, revelam-se, desde já, seus limites e desafios impostos na produção da cidade. Não se trata de um plano no qual a população é convidada a participar de forma consultiva. O PPAR é mais do que um Plano Participativo ou Colaborativo, o PPAR é um Plano Popular, pois é elaborado pelas pessoas e para as pessoas. É, portanto, a realização de um momento do Direito à Cidade.

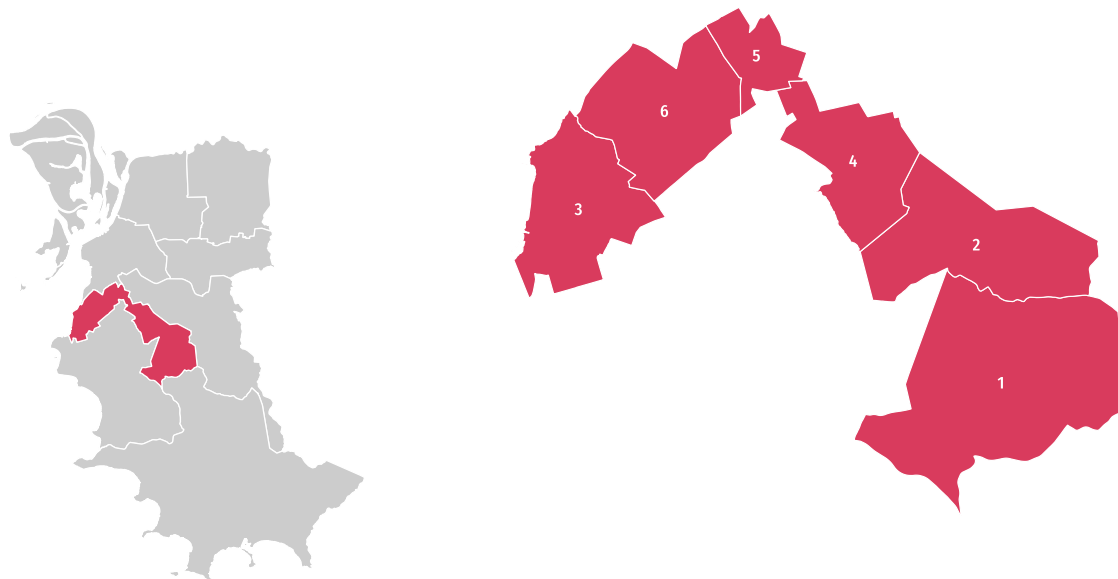
Clarice Misoczky de Oliveira
Vice-Presidente IAB-RS (2017-2019)
CPLAB-UFRGS

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO POPULAR DE AÇÃO REGIONAL

- *Apoiar as reivindicações e os desejos das pessoas sobre a cidade onde vivem. O diagnóstico e as propostas são elaborados pelos moradores da região com auxílio de assessoria técnica.*
- *Registrar diferentes saberes e olhares sobre a região e sua relação com Porto Alegre, desde uma análise multissetorial (Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Saneamento, etc.).*
- *Identificar temas prioritários para a Região.*
- *Promover e documentar um resgate histórico sobre o processo de urbanização da Região.*
- *Promover o encontro entre moradores, Conselheiros, Delegados, movimentos sociais e lideranças comunitárias para debater e discutir a cidade que desejam.*
- *Mobilizar a sociedade para o debate das questões urbanas, uma vez que o Estado deve realizar a revisão do Plano Diretor com a participação social, contemporâneo a este processo.*
- *Confrontar a realidade desejada pelas pessoas com a realidade existente da vida urbana.*
- *Empoderar Conselheiros e Delegados do CMDUA a partir do debate em suas Regiões e de um vocabulário técnico do campo da arquitetura e do urbanismo.*
- *Estimular a participação em espaços esvaziados como os Fóruns Regionais de Planejamento, constituídos por Conselheiros e Delegados.*
- *Pensar em outras formas de organização para além de parcerias público-privadas.*
- *Tensionar o Estado a realizar o seu dever com a sociedade.*
- *Elaborar um documento que aborde a cidade a partir da escala intermediária, diferentemente de um Plano Diretor.*
- *Realizar um momento de Direito à Cidade, compreendido como o direito à centralidade das pessoas na decisão da vida urbana.*

REGIÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO 5

Nesta parte apresentamos algumas características sociodemográficas e territoriais da RP5 para uma breve contextualização. A área da RP5 começou a fazer parte do sistema de planejamento de Porto Alegre a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, em 1979. A região é caracterizada por três áreas muito distintas, sendo: (a) dos Bairros Santa Tereza e Cristal, que sofrem os impactos de grandes equipamentos urbanos como a Orla do Guaíba, o Barra Shopping Sul e o Estádio Beira-Rio, (b) Medianeira e Glória, área de tecido urbano consolidado intraurbano, e (c) Cascata e Belém Velho, como zona mais periférica, rural e menos consolidada. Na última década, principalmente o Bairro Cristal tem sido palco da produção de grandes empreendimentos de alto padrão, colocando em evidência a desigualdade social, em contraponto ao complexo de vilas da Grande Cruzeiro, do Morro Santa Tereza, entre outros.



- | | | | |
|----------|--------------------|----------|---------------------|
| 1 | BELÉM VELHO | 4 | GLÓRIA |
| 2 | CASCATA | 5 | MEDIANEIRA |
| 3 | CRISTAL | 6 | SANTA TEREZA |

LEITURAS COMUNITÁRIAS PRESENTE



HABITAÇÃO



POSITIVO [+]

- Resistência e luta das comunidades.

NEGATIVO [-]

- Expulsão das comunidades;
 - Falta de regularização fundiária e de projetos populares;
 - Redefinição da divisa da região.
-

EDUCAÇÃO



POSITIVO [+]

- E.E.E.F. Alberto Bins como um espaço importante reconhecido pela região.

NEGATIVO [-]

- Fechamento de escolas sobrecarrega outras unidades e dificulta deslocamento dos alunos;
 - Inexistência de escolas de ensino médio na região;
 - Perda do Serviço de Educação Ambiental.
-

SEGURANÇA



NEGATIVO [-]

- Falta de postos policiais na região.
 - Alto índice de tráfico e de mortes.
-

SANEAMENTO DRENAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS



POSITIVO [+]

- Saneamento básico bom na maior parte da região;
- Coleta de lixo frequente e razoável.

NEGATIVO [-]

- Saneamento básico crítico na região Cruzeiro e na área rural;
 - Falta de tratamento e separação entre esgoto cloacal e esgoto pluvial;
 - Rede de drenagem pluvial subdimensionado para a atual demanda;
 - Lixo nos arroios;
 - Falta de educação ambiental e de fiscalização do Poder Público;
 - Ocupação irregular na região dos morros criam problemas relacionados ao saneamento básico e ao lixo
-

MEIO AMBIENTE



NEGATIVO [-]

- Perda do Serviço de Educação Ambiental na região;
- Falta de manutenção da estrutura do bairro pelos moradores;
- Retirada das árvores ipês da região;

CULTURA E PATRIMÔNIO

POSITIVO [+]

- Necessidade de reconhecimento de áreas quilombolas pelo Estado;
 - Resgate histórico e preservação ambiental realizada pelos Quilombos.
-

ESPORTE E LAZER



POSITIVO [+]

- CEGEB oferece esporte e lazer para a comunidade.

NEGATIVO [-]

- Falhas na infraestrutura e nos serviços oferecidos pela CEGEB;
 - Necessidade de ocupação dos espaços ociosos dentro das comunidades com quadras poliesportivas e outros equipamentos;
 - Necessidade de equipamentos de playground para crianças;
-

MOBILIDADE E TRANSPORTE



POSITIVO [+]

- Av. Tronco facilitou o trânsito e valorizou a região.

NEGATIVO [-]

- Pavimentação precária na região da Cruzeiro;
 - Prefeitura não executou a duplicação da Av. Professor Oscar Pereira;
 - O asfaltamento da Estrada Antônio Borges (conquistado através do OP) não foi concluído.
-

SAÚDE



POSITIVO [+]

- Existência do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);
- Rede de atenção básica.

NEGATIVO [-]

- Precariedade da rede de saúde;
 - Atendimento deficitário do Hospital Belém Velho;
 - Perda de profissionais nas equipes de saúde.
-

ASSISTÊNCIA SOCIAL



POSITIVO [+]

- Existência de serviços de proteção social na região como os CRAS, CREAS E CRIPs

NEGATIVO [-]

- Serviços de proteção social prestados em prédios alugados;
- Necessidade de ocupar espaços atualmente ociosos para atendimento da população;
- CRAS Glória localizado fora da região;

MOBILIZAÇÃO SOCIAL



POSITIVO [+]

- Associações de moradores;
- Creches comunitárias;
- Conselhos Comunitário;
- Eventos e oficinas culturais;
- Mobilização dos moradores.

NEGATIVO [-]

- Falta de informação e de instrumentos de comunicação;
 - Falta de participação;
 - Espaços de discussão desacreditados;
 - Falta de comunicação entre comunidade e Poder Público;
 - Necessidade de articulação para exigir as contrapartidas antes da execução dos empreendimentos.
-

PLANEJAMENTO E GESTÃO

POSITIVO [+]

- Debate sobre a importância das próprias comunidades decidirem sobre a região.

NEGATIVO [-]

- Alta concentração de população nas comunidades e falta de infraestrutura;
 - Hierarquia coloca os empreendedores acima das comunidades para atendimento das demandas;
 - Dificuldade de discussão no CMDUA, em que as pautas chegam prontas;
 - Muitos debates para repensar e replanejar a região sem que nada se concretize.
-

PROJETOS ESPECIAIS



NEGATIVO [-]

- O público alvo dos empreendimentos não são as comunidades;
- As comunidades somente são informadas sobre a vinda dos empreendimentos após tudo já ter sido resolvido;
- Não há discussão com as pessoas que serão afetadas;
- Impactos causados à região pela vinda dos empreendimentos;
- Descumprimento das contrapartidas e das medidas mitigatórias;
- Facilidade de acesso a terras do Estado quando é de interesse do capital privado;

LEITURAS COMUNITÁRIAS PASSADO



TEMAS**LUGARES DO PASSADO****LEITURA COMUNITÁRIA****AV PROFESSOR
OSCAR PEREIRA**

- Prefeitura não executou a duplicação da Avenida.

**AVENIDA TRONCO**

- Valorização da região e facilitação do trânsito;
- Remoção de 1.500 famílias que ainda não tem sua situação resolvida.

**BELÉM VELHO**

- Temor dos moradores por passarem a pertencer a outra região com a redefinição da divisa.

**CRAS GLÓRIA**

- Localizado fora da região;
- Área de divisa e vulnerabilidade;
- Muitas pessoas não podem ser atendidas por questões de segurança.

**CRUZEIRO**

- Saneamento básico em situação;
- Ruas com calçamento irregular;

**ESTRADA ANTÔNIO BORGES**

- Asfaltamento obtido via Orçamento Participativo não foi concluído;
- Possibilidade de implantação de um novo empreendimento nas proximidades.

TEMAS

LUGARES DO PASSADO

LEITURA COMUNITÁRIA



HOSPITAL PARQUE BELÉM

- Anteriormente fazia atendimento SUS;
- Fechado por má administração;
- Superlotação dos postos de saúde da região;
- Falta de médicos e de medicamentos.



QUILOMBO DOS ALPES

- Luta levou ao reconhecimento da terra quilombola;
- Regularização fundiária e preservação do morro;
- Importância do resgate histórico e do reconhecimento por parte do Estado;
- Propriedade coletiva;
- Preservação ambiental;
- Dificuldade de acesso ao quilombo;
- Interesse econômico nas áreas quilombolas (Ex: Quilombo Lemos).



QUILOMBO LEMOS

- Intenção de retirar as pessoas do local;
- Deferimento do Mandado de Reintegração de Posse.



RECANTO DOS GAUDÉRIOS E JARDIM MARABÁ

- Necessidade urgente de regularização fundiária;
- Existência de processos judiciais de reintegração de posse.

WWW.PLANOSPOPULARESPOA.ORG